



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

PROCESSO n.º 027.00000607/2025-94

TERMO DE CONTRATO n.º 16/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2025 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO(A) **SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS E FEDERACAO DOS EMPREENDEDORES DO BRASIL**, PARA A PARTICIPAÇÃO NO EVENTO “**Empreenda Tur**”.

O Estado de São Paulo por intermédio do(a) **Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo**, com sede no(a) Praça Ramos de Azevedo, nº 254, 5º andar, Centro, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.574.719/0001-48, neste ato representado(a) pelo(a) **Roberto Alves de Lucena**, nomeado(a) pelo(a) Decreto nº 67.435, de 01 de janeiro de 2023, publicado(a) no DOE de 01 de janeiro de 2023, inscrito(a) no CPF sob o nº [REDAZIDO] no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, e o(a) **FEDERACAO DOS EMPREENDEDORES DO BRASIL**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 03.690.480/0002-39, sediado(a) no endereço Rua Francisco Machado Campo, nº 484, Anexo, Bairro Vila Nova, Presidente Prudente – SP, CEP nº 19020-430, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por seu representante legal, **Verônica Ferreira dos Santos Sales**, inscrito(a) no CPF sob o nº [REDAZIDO], conforme contrato social, tendo em vista o que consta no Processo nº **027.00000607/2025-94**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Inexigibilidade de Licitação nº 16/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para a **participação no Empreenda Tur - Inovação e Desenvolvimento Turístico no Estado de São Paulo de maio a dezembro de 2025**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.1.1. Nos termos do cronograma abaixo definido:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

Data	Evento
31/Mai/2025	Início da execução das 8 edições do Empreenda Tur - Paulicéia / SP 12ª Edição
21/Jun/2025	Ilha Comprida / SP 13ª edição
26/Jul/2025	Santos / SP 14ª edição
30/Ago/2025	Santo Anastácio/Ribeirão dos Índios / SP 15ª edição
27/Set/2025	Itu/Salto / SP 16ª edição
25/Out/2025	São José do Rio Preto / SP 17ª edição
29/Nov/2025	Estância Turística de Caconde / SP 18ª edição
13/Dez/2025	Teodoro Sampaio / SP 19ª edição
31/Dez/2025	Entrega do relatório final e resultados

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Locação/montagem/desmontagem de stands e Projetos em Feiras e Exposições	13099	UNIDADE	01	R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.500.000,00

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência, **Anexo I**;

1.3.2. A Proposta do contratado, **Anexo II**;

1.3.3. Termo de Ciência e Notificação, **Anexo III**; e

1.3.4. Cadastro de Responsável pelo Atendimento de Requisições do Tribunal de Contas do Estado De São Paulo, **Anexo IV**;

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço global**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **230 (duzentos e trinta) dias contados do(a) data estabelecida para início dos serviços, isto é, assinatura do contrato**, conforme termo de referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada está na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada neste item, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis, pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 29/04/2025.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **1 (um) mês**, para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante no local do serviço para representar o Contratado na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na contratação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

o contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:

- 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;
- 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação direta;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no certame ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, se o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas "b", "c" e "d" do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva pôr termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no certame ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 50005 - Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo.

Fonte de Recursos: 500103- Coordenadoria de Turismo.

Programa de Trabalho: 23.695.5005.6059.0000.

Elemento de Despesa: 33.90.39.

Plano Interno: Promoção e Desenvolvimento do Turismo no Estado de São Paulo – Gestão de Promoção e Comunicação do Turismo.

PTRes: 500213.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento -base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

ROBERTO ALVES
DE
LUCENA: [assinado digitalmente]
[assinado digitalmente]

São Paulo, 27 de maio de 2025.

ROBERTO ALVES DE LUCENA

Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo



Documento assinado digitalmente
VERONICA FERREIRA DOS SANTOS
Data: 27/05/2025 19:45:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VERONICA FERREIRA DOS SANTOS SALES

FEDERACAO DOS EMPREENDEDORES DO BRASIL

Testemunhas:

1- LAILA DE ALMEIDA REIS
SILVA: [assinado digitalmente]
[assinado digitalmente]

2- Tamiris Sousa de
Castro: [assinado digitalmente]
CPF: [assinado digitalmente]
[assinado digitalmente]



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

(Processo Administrativo nº 027.00000607/2025-94)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços para participação no Empreenda Tur - Inovação e Desenvolvimento Turístico no Estado de São Paulo de maio a dezembro de 2025, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)	VALOR TOTAL (se não for sigiloso)
1	Locação / Montagem / Desmontagem de Stands e Projetos em Feiras e Exposições	13099	unidade	1	R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.500.000,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985/2023.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 08574719000148-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 23/04/2024;
- III) Id do item no PCA: 110;
- IV) Classe/Grupo: 732;
- V) Identificador da Futura Contratação: 990004-124/2025.

3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Garantia da contratação

4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) Planejamento, organização e administração de evento incluindo:
Montagem até às 22h00 do dia anterior ao evento; realização do evento itinerante com participação da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo de 31 de maio a 13 de dezembro 2025. Desmontagem após término do evento de toda estrutura montada, instalações elétricas necessárias, mobiliário, bem como demais materiais e serviços descritos neste Memorial Descritivo. **Qualquer atraso será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.** O espaço locado deverá ser entregue, após o evento, nas mesmas condições recebidas, incluindo sua limpeza completa.

DOS SERVIÇOS PRESTADOS

5.2. A contratada deverá prestar todos os serviços contratados de forma segura, garantindo qualidade e eficiência, desde a montagem do evento, sua realização e desmontagem, cumprindo conforme descritivo abaixo:

5.2.1 Memorial descritivo dos serviços:

Pré-Evento



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

- Planejamento e articulação com as Secretarias Municipais de Turismo dos municípios paulistas reconhecidos como Municípios com Vocação Turística, MIT (Município de Interesse Turístico) ou Estâncias Turísticas.
- Produção de materiais do evento com as artes encaminhadas pela Contratante:
 - 01 backdrop com estrutura em alumínio.
 - 04 banners impressos em 4x4 cores.
 - 200 cadernos estilo moleskine personalizados.

Evento

- Aplicação da logomarca da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, com destaque, em todas as peças do evento (artes fornecidas pela Contratante).
- Montagem de estruturas:
 - **Estandes e Tendas:** Montagem de 15 estandes padronizados (3x3m e 3x6m), totalizando 180 metros quadrados com cobertura, piso, iluminação, identificação visual e mobiliário básico.
 - **Palco com Iluminação:** Estrutura metálica (6x4m), sistema de iluminação cênica, backdrop personalizado e sonorização básica.
 - **Telão ou Projetor com Tela:** Telão LED ou projetor para vídeos institucionais e apresentações.
 - **Sistema de Som e Microfones:** Locação e operação de sistema de som profissional com microfones sem fio e técnico de áudio.
- Serviços de apoio:
 - Internet e cabeamento de rede: Rede Wi-Fi dedicada com cabeamento estruturado e roteadores de alta performance.
 - Filmagem e fotografia profissional: Cobertura audiovisual completa para registro e edição de conteúdo.
 - Coffee break + água: Serviço para público e participantes, incluindo sucos, café, frutas, pães e bolos.

Pós-Evento

- Entrega de um relatório fotográfico com a prestação de contas dos eventos.
- Disponibilização do mailing completo das ações realizadas durante o projeto.
- Análise e relatório de pesquisa de demanda e avaliação de impacto turístico e retorno socioeconômico.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

- Compilação de registros audiovisuais e produção de material promocional para divulgação dos resultados.

5.2.2. A proposta inclui capacitação/apresentação, além de espaço de 180m² (em 15 estandes padronizados 3x3m e 3x6m) com montagem e decoração do estande de acordo com projeto, limpeza, energia, taxas municipais e credenciais para expositores e convidados.

5.3. Eventuais custos com logística, transporte e demais despesas de viagem não previstas na presente contratação serão de responsabilidade da Contratante.

DA REDE ELÉTRICA

5.4. Todas as instalações deverão ser executadas por profissional gabaritado, supervisionado por engenheiro competente na área, regida pela Norma ABNT 5410 – Instalações Elétricas, Norma ABNT 5419/93 – Aterramento de Estruturas, Norma NBR 5626 e 5648 – Água Potável e Norma NBR 5688 E 8160 – Esgoto Sanitário. Deverá ser mantida uma equipe de manutenção corretiva e preventiva durante todo o evento, chefiada por Engenheiro.

5.5. Desenvolvimento de estudos em conjunto com a Produção para análise da escolha dos equipamentos a serem utilizados, levando-se em conta o custo-benefício para cada caso.

5.6. Todos os cabos deverão ser do Tipo PP extraflexíveis para 750 V encordoamento classe 4, com isolamento em PVC (ST – 1), conforme as Normas NBR 6880 e 6980; a 02, 03 e a 04 condutores identificados por cores, nas bitolas de 2,5 mm²; 4,0 mm²; 6,0 mm², 10mm² e 16mm². A partir desta bitola, se houver a necessidade, deverá ser utilizado cabos flexíveis unipolares para 750 V, encordoamento classe 2, isolamento em PVC / A (70°C), conforme as Normas NBR 6880 E 6148.

5.7. Todas as extremidades dos cabos devem ser terminadas por conectores machos Trifásicos da Steck nas cores Vermelhas ou Azuis, 32 ou 63 ampères e as conexões executadas através de emendas mecânicas da Sindal e revestidas por camadas de fitas de Auto - Fusão (3 M ou Pirelli); encobertas por fita isolante (3M ou Pirelli); de modo a não haver a menor possibilidade de contato humano ou Curto-Circuito por umidade.

Os quadros de Distribuições Gerais e Parciais devem ser protegidos contra intempéries (IPP 55), dotados de pés autoportantes, com borrachas periféricas da vedação e compostos por tomadas Fêmeas trifásicas, bifásicas e monofásicas da Steck de 63 / 32 / 16 ampères conforme cada caso; protegidos por Disjuntores Termomagnéticos Trifásicos, Bifásicos ou Monofásicos; dotados de Bobina diferencial (In = 0,30 ma), nas amperagens devidas; com nível de Curto-Circuito Assimétrico de 15 KA.

5.8. A contratada deverá fornecer, em quantidade e qualidade suficientes, os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) para seus colaboradores, sejam eles fixos ou temporários.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

5.9. É obrigação da contratada a confecção de Mapa de Riscos devidamente assinado por Engenheiro de Segurança que deverá provar seu vínculo com a Organizadora do Evento e estar presente no local dos serviços desde a montagem até a desmontagem.

DA SONORIZAÇÃO

5.10. Todos os sistemas de som (quando houver) deverão conter quantidades de cabos e acessórios para o seu bom funcionamento.

DA INSTALAÇÃO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO

5.11. A empresa responsável deverá apresentar ART e Engenheiro Responsável ou legislação vigente do país e local sede do evento.

CRONOGRAMA

5.12. A execução dos serviços e a disponibilização dos equipamentos/aéreas deverão obrigatoriamente atender o cronograma e tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	DATA
1- MONTAGEM DA INFRAESTRUTURA	Até um dia antes do evento/edição às 22h00
2 - MONTAGEM DA PROGRAMAÇÃO VISUAL e SINALIZAÇÃO	Até um dia antes do evento/edição às 22h00
3 – EVENTO	• 31/05 – Paulicéia • 21/06 – Ilha Comprida • 26/07 – Santos • 30/08 – Santo Anastácio/Ribeirão dos Índios • 27/09 – Itu/Salto • 25/10 – São José do Rio Preto • 29/11 – Caconde • 13/12 – Teodoro Sampaio Das 09h às 19h30



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

4 – DESMONTAGEM	No dia pós-evento até às 13h
-----------------	------------------------------

Local e horário da prestação dos serviços

5.13. Os serviços serão prestados em endereços a serem definidos

5.14. Os serviços serão prestados no seguinte horário: conforme item 5.12 deste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

5.15. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para execução das etapas:

MONTAGEM DA INFRAESTRUTURA	MONTAGEM DA PROGRAMAÇÃO VISUAL, SINALIZAÇÃO
Elétrica	Cenografia
Prevenção contra incêndio	
Equipamentos eletrônicos	Mobiliário
	Impressão Digital
Equipamentos de audiovisual	Sinalização

EVENTO	DESMONTAGEM
Organização	Infraestrutura
Administração	
Execução do Serviço	Estande
Limpeza	Programação visual
Monitoramento	Sinalização
Segurança	
Divulgação	
Apresentação	
Coffee break	



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.16. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.17. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.10. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, III).

6.11. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, IV).

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.16. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º)

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O relatório de prestação de serviços e o relatório do gestor do contrato serão utilizados para medição dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- *Montagem da infraestrutura;*
- *Montagem da programação visual e sinalização;*



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

- *Evento;*
- *Desmontagem.*

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente e aprovação do relatório de atividades e prestação de contas, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 67.608/2023, c/c o artigo 1º do Decreto nº 32.117/1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.25. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será global.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a) SICAF;
- b) *Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União* (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c) *Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União* (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- g) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

8.4. A consulta ao cadastro especificado na alínea ‘d’ do item anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.13. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.20. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.21. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.22. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.23. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.24. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.26. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] e/ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.27. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e/ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.28. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.29. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

Qualificação Econômico-Financeira

8.30. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.31. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor);

Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

8.32. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

Caso o fornecedor apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo 10% do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.35. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

- *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do*



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**

contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.36. Apresentar CADASTUR (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos) do Ministério do Turismo, para as pessoas jurídicas, dispostas na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

Outras comprovações

8.37. Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que:

- a) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição federal;
- b) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual;
- c) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), conforme custos unitários apostos em anexo.

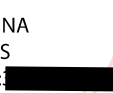
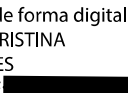
10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.1.1. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: 50000 – Secretaria de Turismo e Viagens;
- II) UGE: 500103 – Administração da Coordenadoria de Turismo
- III) Programa de Trabalho: 23.695.5005.6059.00000 – PRes 500213 – Gestão de Promoção e Comunicação do Turismo;
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ;

10.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ANA CRISTINA
FERNANDES
CLEMENTE:  Assinado de forma digital
por ANA CRISTINA
FERNANDES
CLEMENTE 

Ana Cristina Fernandes Clemente
Responsável pela contratação direta



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

ANEXO II PROPOSTA



FEDERAÇÃO DOS EMPREENDEDORES DO BRASIL
Utilidade Pública Lei n. 16.620 de 08/07/2009
CNPJ: 03690480/0001-58
CNPJ Filial: 03690480/0002-39
INSC. CF/DF: 08.69.049/00182
www.fenaebrazil.com



PROJETO EMPREENDA TUR INOVAÇÃO E DESENVIMENTO TURISTICO NO ESTADO DE SÃO PAULO (2025)

Projeto

Federação dos Empreendedores do Brasil

Juntos construindo um Brasil mais empreendedor



EMPREENDA TUR
INOVAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO
TURÍSTICO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS



FEDERAÇÃO DOS EMPREENDEDORES DO BRASIL
Utilidade Pública Lei n. 16.620 de 08/07/2009
CNPJ: 03690480/0001-58
CNPJ Filial: 03690480/0002-39
INSC. CF/DF: 08.69.049/00182
www.fenaebrazil.com



PROPOSTA COMERCIAL Nº 01/2025

Ao Exmo. Senhor
Roberto de Lucena
Secretário de Turismo do Estado de São Paulo

Viemos muito respeitosamente apresentar uma proposta de parceria para a participação do estado de São Paulo no **EMPREENDA TUR | INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO ESTADO DE SÃO PAULO**.

O **EMPREENDA TUR** é Idealizado e de titularidade exclusiva da Federação dos Empreendedores do Brasil (FENAE Brasil). A marca "Empreenda Tur" é de titularidade da FENAE Brasil, conforme registro nº 931056713 no INPI, garantindo à Federação a autoridade exclusiva sobre seu planejamento, organização e execução, que tem como objetivo a promoção do empreendedorismo em turismo, valorização turística e fortalecimento econômico regional, sendo o maior evento itinerante do País, englobando atividades de turismo, empreendedorismo e agro, com foco nos municípios paulistas reconhecidos como **Municípios com vocação turística, MIT (Município de interesse turístico) ou Estâncias Turísticas**.

Em 2025, realizaremos oito edições do EMPREENDA TUR em diversas cidades do estado de São Paulo, fortalecendo o turismo regional por meio da valorização de destinos, experiências culturais, capacitações e oportunidades de negócios. O evento promoverá a divulgação de produtos locais, estimulando o desenvolvimento econômico e turístico das regiões contempladas, além de impulsionar o fluxo de visitantes e o reconhecimento das riquezas culturais, históricas, empreendedoras e naturais do estado.

A proposta prevê a participação do Estado de São Paulo, por meio da **Secretaria de Turismo**, como parceiro estratégico do projeto.

Este modelo de participação contempla:

- Assinatura como **parceiro estratégico** no evento;
- Exclusividade de produtos do Estado de São Paulo, para ser apresentado aos investidores;
- Direito de enviar os convites para os investidores, como destino anfitrião;
- **Exclusividade** na divulgação dos produtos turísticos do Estado de São Paulo;
- **Aplicação da logomarca** em todas as peças de comunicação e divulgação do evento;
- **Apresentação de até 60 minutos** durante o evento para divulgação do portfólio de produtos e serviços;
- Participação de até **10 parceiros locais** para realização de rodadas de negócios;
- Direito de indicar "speakers" para os painéis que serão realizados no começo do evento;
- **Relatório final** com registros fotográficos e análise dos resultados obtidos;
- **Mailing completo** com dados dos participantes.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS



FEDERAÇÃO DOS EMPREENDEDORES DO BRASIL
Utilidade Pública Lei n. 16.620 de 08/07/2009
CNPJ: 03690480/0001-58
CNPJ Filial: 03690480/0002-39
INSC. CF/DF: 08.69.049/00182
www.fenaebrazil.com



O projeto possui os seguintes objetivos específicos:

- **Promoção do empreendedorismo e turismo regional**, com foco nos municípios paulistas reconhecidos como Municípios com Vocação Turística, MIT (Município de Interesse Turístico) ou Estâncias Turísticas;
- **Capacitação de empreendedores em turismo locais**, por meio de oficinas, palestras e rodadas de negócios;
- **Valorização do turismo cultural regional**, com apresentações artísticas e gastronomia típica;
- **Fortalecimento do networking entre empreendedores em turismo, artesãos, produtores locais e o setor turístico empresarial**, promovendo a integração e colaboração para o desenvolvimento econômico;
- **Divulgação do potencial turístico e econômico das regiões participantes**, destacando produtos e serviços locais.
- **Turismo Rural e do Campo**: promoção de atividades e experiências ligadas ao meio rural;
- **Turismo de Negócios**: incentivo a eventos corporativos e feiras de negócios locais;
- **Turismo Gastronômico**: valorização da culinária típica das regiões participantes;
- **Turismo Religioso**: promoção de rotas e eventos de cunho religioso e espiritual;
- **Turismo de Aventura**: exploração das atividades esportivas e de aventura nas regiões;
- **Turismo Halal**: adequação de produtos e serviços às exigências culturais e religiosas do público muçulmano;
- **Exportação de Produtos Turísticos**: incentivo ao comércio exterior de produtos e serviços turísticos locais;
- **Sustentabilidade e Meio Ambiente**: promoção de práticas sustentáveis no turismo, visando a preservação ambiental;
- **Linhas de Crédito, Financiamento e Políticas Públicas**: oferta de informações e acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento de negócios turísticos

O evento contará com diversas atividades, incluindo:

- Palestras com possíveis temas sobre:
 - Empreendedorismo em Turismo: Estratégias inovadoras para desenvolver negócios no setor turístico.
 - Economia Criativa e Turismo: Como explorar produtos culturais e criativos para atrair visitantes.
 - Turismo de Experiência: Criando vivências únicas que conectem turistas com a cultura local.
 - Marketing Digital para o Turismo: Técnicas de divulgação e estratégias para atrair visitantes via redes sociais.
 - Turismo de Aventura e Ecoturismo: Segurança, sustentabilidade e potencial econômico.
 - Turismo Cultural e Patrimonial: Preservação histórica como atrativo turístico e fonte de renda.
 - Turismo Gastronômico: Como transformar a culinária local em um diferencial competitivo.
 - Turismo Religioso: Eventos, festividades e roteiros temáticos que movimentam a economia local.
 - Turismo de Negócios e Eventos: Como atrair congressos, feiras e convenções para impulsionar a economia.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**



FEDERAÇÃO DOS EMPREENDEDORES DO BRASIL
Utilidade Pública Lei n. 16.620 de 08/07/2009
CNPJ: 03690480/0001-58
CNPJ Filial: 03690480/0002-39
INSC. CF/DF: 08.69.049/00182
www.fenaebrazil.com



- Turismo Rural e Comunitário: Desenvolvimento sustentável e integração das comunidades locais.
- Turismo Halal: Adequação de serviços e produtos às demandas culturais e religiosas.
- Turismo de Saúde e Bem-Estar: Clínicas, spas e terapias naturais como atrativos turísticos.
- Turismo Industrial: Visitação a fábricas e roteiros que destacam a produção local.
- Turismo Criativo: Atividades que envolvem o turista na produção cultural e artística local.
- Turismo Sustentável: Iniciativas que conciliam preservação ambiental e geração de renda.
- Exportação de Produtos Turísticos: Comercialização de artesanato e produtos locais para o mercado externo.
- Turismo Digital: O uso de aplicativos e plataformas digitais para aprimorar a experiência turística.
- Linhas de Crédito e Financiamento para o Turismo: Acesso a recursos e políticas públicas para o setor.
- Gestão de Pequenos Negócios Turísticos: Como administrar pousadas, guias e serviços locais.
- Turismo Social: Projetos que promovem inclusão social e beneficiam comunidades vulneráveis.
- Economia Compartilhada no Turismo: Uso de plataformas digitais para hospedagem e transporte.
- Parcerias Público-Privadas no Turismo: Como integrar iniciativas governamentais e empresariais.
- Turismo Inteligente: Utilização de tecnologias de ponta para gestão e promoção turística.
- Turismo e Meio Ambiente: Práticas para minimizar impactos ambientais e promover a conservação.
- Turismo para a Terceira Idade: Adaptação de roteiros e serviços para o público sênior.
- Painéis com representantes do setor público e privado;
- Rodadas de negócios, com reuniões entre investidores e empreendedores locais de Turismo;
- Oficinas práticas voltadas ao turismo e ao empreendedorismo;
- Espaços de exposição para produtos regionais e artesanato;
- Apresentações culturais, valorizando a identidade local.
- Pesquisa de Demanda e Avaliação de impacto turístico e retorno socioeconômico.

Segue a programação padrão das edições:

- **09h00** – Chegada, Recepção e Credenciamento
- **09h30** – Abertura da Expor Empreenda Tur, Oficinas, Apresentação do Portfólio de Projetos Locais, Painel de Investidores e Desenvolvimento Regional, Rodadas de Negócios e Reuniões Individuais, Apresentações Turísticas Culturais e Mostra de Artesanato
- **14h00** – Abertura da Conferência de Empreendedorismo e Turismo do Campo e da Cidade e Apresentações Turísticas Culturais.
- **15h00** – Palestra, com Temas de Acordo com a Vocação Turística da Região
- **19h30** – Encerramento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS



FEDERAÇÃO DOS EMPREENDEDORES DO BRASIL
Utilidade Pública Lei n. 16.620 de 08/07/2009
CNPJ: 03690480/0001-58
CNPJ Filial: 03690480/0002-39
INSC. CF/DF: 08.69.049/00182
www.fenaebrazil.com



Para possibilitar a participação como **Parceiro Estratégico** no **EMPREENDA TUR – INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO ESTADO DE SÃO PAULO**, contamos com o investimento de **R\$ 2.500.000,00** (Dois Milhões e Quinhentos Mil Reais).

O projeto contempla a realização de **oito edições**, com valor de **R\$ 312.500,00** (Trezentos e Doze Mil e Quinhentos Reais) por edição.

Os valores de investimento englobam todos os custos de **produção, montagem, recursos humanos e serviços necessários** para a realização das oito edições do projeto.

Entretanto, **não estão contemplados custos com deslocamento, alimentação e hospedagem** dos representantes dos parceiros estratégicos e convidados.

Nada mais havendo, na certeza de poder contar com a sua participação e apoio para a realização do **EMPREENDA TUR**, colocamos nossa equipe à disposição para outros esclarecimentos e desejamos nossos votos de estima e consideração.

Presidente Prudente, 29 de abril de 2025.

Atenciosamente,

Verônica Ferreira dos Santos Sales

Verônica Ferreira dos Santos Sales
Presidente FENAE BRASIL
Federação dos Empreendedores do Brasil
CNPJ: 03.690.480/0002-39



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS



FEDERAÇÃO DOS EMPREENDEDORES DO BRASIL
Utilidade Pública Lei n. 16.620 de 08/07/2009
CNPJ: 03690480/0001-58
CNPJ Filial: 03690480/0002-39
INSC. CF/DF: 08.69.049/00182
www.fenaebrazil.com



Anexo Orçamentário

Valor total: R\$ 2.500.000,00 (para 8 edições)

1. ESTRUTURA FÍSICA E OPERACIONAL

ITEM	VALOR POR EDIÇÃO (R\$)	TOTAL 8 EDIÇÕES (R\$)	OBSERVAÇÕES TÉCNICAS
1. Estandes	45.250,00	362.000,00	Montagem de estandes nos formatos 3x3m, 3x6m 180 metros quadrados de estrutura para os estandes com cobertura, piso, iluminação, identificação visual personalizada e mobiliário básico incluso.
2. Palco com Iluminação	31.000,00	248.000,00	Palco com Iluminação Estrutura metálica principal (6x4m) para palco central, com iluminação cênica, backdrop personalizado e sonorização básica.
3. Sistema de Som e Microfones	9.000,00	72.000,00	Sistema de som profissional, incluindo microfones sem fio, caixas de som e mesa digital, operado por técnico de áudio qualificado
4. Telão ou Projetor com Tela	10.800,00	86.400,00	Telão LED de alta definição para exibição de vídeos institucionais, apresentações e conteúdos multimídia.
5. Rede Wi-Fi dedicada	8.000,00	64.000,00	Rede Wi-Fi dedicada, com cabeamento estruturado e roteadores de alta performance, garantindo conectividade para equipe, expositores e público.
6. Equipe audiovisual completa	10.000,00	80.000,00	Equipe audiovisual completa, responsável pela cobertura fotográfica, filmagem profissional, captação de conteúdo e edição de vídeos para divulgação institucional.
7. Coffee Break + Água	11.250,00	90.000,00	Serviço de coffee break e alimentação leve, com sucos, café, frutas, pães e bolos para aproximadamente 250 pessoas (participantes, público e equipe).

Subtotal Estrutura Física e Operacional: R\$ 1.002.400,00

2. COMUNICAÇÃO E MARKETING

ITEM	VALOR POR EDIÇÃO (R\$)	TOTAL 8 EDIÇÕES (R\$)	OBSERVAÇÕES TÉCNICAS
12. Comunicação Visual, Promoção Digital e Materiais Institucionais	18.700,00	149.600,00	Comunicação Visual, Promoção Digital e Materiais Institucionais: Finalidade: Ampliar o alcance do evento, garantir identidade visual padronizada e oferecer materiais de apoio e divulgação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS



FEDERAÇÃO DOS EMPREENDEDORES DO BRASIL
Utilidade Pública Lei n. 16.620 de 08/07/2009
CNPJ: 03690480/0001-58
CNPJ Filial: 03690480/0002-39
INSC. CF/DF: 08.69.049/00182
www.fenaebrazil.com



Subtotal Comunicação e Marketing: R\$ 120.000,00

3. PESQUISA E ATIVIDADES ESPECIAIS

Item	Valor por Edição (R\$)	Total 8 Edições (R\$)	Observações Técnicas
15. Pesquisa de Demanda e Avaliação	15.000,00	120.000,00	Pesquisa de impacto turístico, perfil do público e retorno socioeconômico.
16. Carreta de Saúde e Bem-Estar	30.000,00	240.000,00	Oficina Sensorial “Aromas de São Paulo”, além da oferta de serviços gratuitos de beleza ao público participante de cada edição

Subtotal Pesquisa e Atividades Especiais: R\$ 360.000,00

4. Equipe Técnica, Gestão e Operação do Evento

Cargo	Valor Mensal (R\$)	Total 8 Meses (R\$)	Observações Técnicas
17. Equipe Técnica, Gestão e Operação do Evento	123.500,00	988.000,00	Finalidade: Garantir a execução integral, segura e eficiente do projeto nas 8 edições, incluindo planejamento, gestão, produção, organização, coordenação, atendimento ao público, segurança, limpeza, cerimonial, recepção e suporte técnico.

Subtotal Equipe: R\$ 988.000,00

RESUMO FINAL POR CATEGORIA

Categoria	Valor Total (R\$)
Estrutura Física e Operacional	R\$ 1.002.400,00
Comunicação Visual, Promoção Digital e Materiais Institucionais	R\$ 149.600,00
Pesquisa e Atividades Especiais	R\$ 360.000,00
Equipe	R\$ 988.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 2.500.000,00



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS



FEDERAÇÃO DOS EMPREENDEDORES DO BRASIL
Utilidade Pública Lei n. 16.620 de 08/07/2009
CNPJ: 03690480/0001-58
CNPJ Filial: 03690480/0002-39
INSC. CF/DF: 08.69.049/00182
www.fenaebrazil.com



Memorial Descritivo dos Serviços

Pré-Evento

- Planejamento e articulação com as Secretarias Municipais de Turismo dos municípios paulistas reconhecidos como **Municípios com vocação turística, MIT (Município de interesse turístico) ou Estâncias Turísticas**
- Produção de materiais do evento com as artes encaminhadas pela Contratante:
 - 01 Backdrops com estrutura em alumínio.
 - 04 Banners impressos em 4x4 cores.
 - 200 cadernos estilo moleskine personalizados.
 - 15 Estande de 3x3, 3x6 180 metros quadrados de estrutura para os estandes com cobertura, piso, iluminação, identificação visual personalizada e mobiliário básico incluso.

Evento

- Aplicação da logomarca da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, com destaque, em todas as peças do evento (artes fornecidas pela Contratante).
- Montagem de estruturas:
 - **Estandes e Tendas:** Montagem de 15 estandes padronizados (3x3m 3x6m) 180 metros quadrados de estrutura para os estandes com cobertura, piso, iluminação, identificação visual e mobiliário básico.
 - **Palco com Iluminação:** Estrutura metálica (6x4m), sistema de iluminação cênica, backdrop personalizado e sonorização básica.
 - **Telão ou Projetor com Tela:** Telão LED ou projetor para vídeos institucionais e apresentações.
 - **Sistema de Som e Microfones:** Locação e operação de sistema de som profissional com microfones sem fio e técnico de áudio.
- Serviços de apoio:
 - **Internet e Cabeamento de Rede:** Rede Wi-Fi dedicada com cabeamento estruturado e roteadores de alta performance.
 - **Filmagem e Fotografia Profissional:** Cobertura audiovisual completa para registro e edição de conteúdo.
 - **Coffee Break + Água:** Serviço para público e participantes, incluindo sucos, café, frutas, pães e bolos.

Pós-Evento

- Entrega de um **Relatório Fotográfico** com a prestação de contas dos eventos.
- Disponibilização do **mailing completo** das ações realizadas durante o projeto.
- Análise e Relatório de **Pesquisa de Demanda e Avaliação** de impacto turístico e retorno socioeconômico.
- Compilação de registros audiovisuais e produção de material promocional para divulgação dos resultados.

Observações

- Não estão contemplados na proposta:
 - Deslocamento, alimentação e hospedagem dos representantes dos parceiros estratégicos e convidados.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS



FEDERAÇÃO DOS EMPREENDEDORES DO BRASIL
Utilidade Pública Lei n. 16.620 de 08/07/2009
CNPJ: 03690480/0001-58
CNPJ Filial: 03690480/0002-39
INSC. CF/DF: 08.69.049/00182
www.fenaebrazil.com



- Produção de material promocional dos parceiros cooperados.
- Criação das artes das peças dos eventos (apenas a produção está inclusa).
- Locação do espaço.

Cronograma de Execução e Pagamento

Os eventos acontecerão nas seguintes datas e cidades:

Data	Evento	Valor (R\$)
31/Mai/2025	Início da execução das 8 edições do Empreenda Tur - Paulicéia / SP 12º Edição	312.500,00
21/Jun/2025	Ilha Comprida / SP 13º edição	312.500,00
26/Jul/2025	Santos / SP 14º edição	312.500,00
30/Ago/2025	Santo Anastácio/Ribeirão dos Índios / SP 15º edição	312.500,00
27/Set/2025	Itu/Salto / SP 16º edição	312.500,00
25/Out/2025	São José do Rio Preto / SP 17º edição	312.500,00
29/Nov/2025	Estância Turística de Caconde / SP 18º edição	312.500,00
13/Dez/2025	Teodoro Sampaio / SP 19º edição	312.500,00
31/Dez/2025	Entrega do relatório final e resultados	

Resumo Financeiro por Categoria

Categoria	Valor Total (R\$)
Estrutura Física e Operacional	R\$ 1.002.400,00
Comunicação Visual, Promoção Digital e Materiais Institucionais	R\$ 149.600,00
Pesquisa e Atividades Especiais	R\$ 360.000,00
Equipe	R\$ 988.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 2.500.000,00

Observações Finais para Prestação de Contas

- Os valores apresentados refletem a adequação financeira necessária para a realização das 8 edições do projeto, abrangendo diversas cidades no estado de São Paulo.
- A divisão por categorias permite uma visão clara e estratégica dos investimentos, garantindo a otimização dos recursos para o sucesso do projeto.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS**



FEDERAÇÃO DOS EMPREENDEDORES DO BRASIL
Utilidade Pública Lei n. 16.620 de 08/07/2009
CNPJ: 03690480/0001-58
CNPJ Filial: 03690480/0002-39
INSC. CF/DF: 08.69.049/00182
www.fenaebrazil.com



- Todos os custos foram planejados de acordo com as práticas usuais em eventos itinerantes de grande porte.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

ANEXO III TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

ORGÃO OU ENTIDADE: SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO SEI n.º 027.00000607/2025-94

CONTRATO n.º 16/2025

ASSUNTO: Participação no Empreenda Tur - Inovação e Desenvolvimento Turístico no Estado de São Paulo.

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos cientes de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por notificados para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE, RESPONSÁVEL PELA RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE E ASSINATURA DO AJUSTE:**

Nome: **ROBERTO ALVES DE LUCENA**

Cargo: SECRETÁRIO DE TURISMO E VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CPF: [REDACTED]

ROBERTO ALVES DE
LUCENA: [REDACTED]

Assinado de forma
digital por ROBERTO
ALVES DE
LUCENA: [REDACTED]

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE / GESTORA DO CONTRATO

Nome: **ANA CRISTINA FERNANDES CLEMENTE**

Cargo: COORDENADORA DE TURISMO

CPF nº [REDACTED]

ANA CRISTINA
FERNANDES
CLEMENTE: [REDACTED]

Assinado de forma digital
por ANA CRISTINA
FERNANDES
CLEMENTE: [REDACTED]

Assinatura: _____

CONTRATADA:

Nome: VERÔNICA FERREIRA DOS SANTOS SALES

Cargo: Representante Legal da FEDERACAO DOS EMPREENDEDORES DO BRASIL

CPF nº [REDACTED]



Documento assinado digitalmente

VERONICA FERREIRA DOS SANTOS

Data: 27/05/2025 19:49:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura: _____

São Paulo, 27 de maio de 2025.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

ANEXO IV

ORGÃO OU ENTIDADE: SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO SEI n.º 027.00000607/2025-94

CONTRATO n.º 16/2025

ASSUNTO: Participação no Empreenda Tur - Inovação e Desenvolvimento Turístico no Estado de São Paulo.

**CADASTRO DO RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO DE REQUISIÇÕES DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FICHA CADASTRAL)**

NOME	Roberto Alves de Lucena
CARGO	Secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo
RG	[REDACTED]
ENDEREÇO	Praça Ramos de Azevedo, 254 – Centro, São Paulo, SP
TELEFONE	(11) 3204-2800
EMAIL	turismo@sp.gov.br

Responsável pelo atendimento a requisição de documentos do TCESP

NOME	Ana Cristina Fernandes Clemente
CARGO	Respondendo pelo Expediente da Coordenadoria de Turismo
CPF:	[REDACTED]
ENDEREÇO	Praça Ramos de Azevedo, 254 – Centro, São Paulo, SP
TELEFONE	(11) 3204-2836
EMAIL	ana.clemente@sp.gov.br

São Paulo, 27 de maio de 2025.

ROBERTO ALVES DE LUCENA: [REDACTED]
Assinado de forma digital por ROBERTO ALVES DE LUCENA: [REDACTED]

ROBERTO ALVES DE LUCENA

Secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo